

A importância do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal para o conhecimento e a preservação do bioma Pantanal e o entendimento de suas interações ecológicas

Maria de Lourdes Pinheiro Ruivo
Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC

Carolina Joana da Silva
Universidade Estadual do Mato Grosso

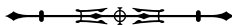
Criado para integrar as redes e os grupos de pesquisas e para formar recursos humanos nas diferentes áreas de conhecimento no e sob o bioma Pantanal, o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP) (atualmente estabelecido como um *Campus* Avançado do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, em Cuiabá, Mato Grosso) mostra, nesta edição especial do **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, a sua atuação no sentido de agregar, fomentar e formar grupos de diferentes instituições do Brasil, que estão atuando e publicando em conjunto. As diferentes especialidades dos autores e dos assuntos sobre o Pantanal incluídas na presente publicação indicam que a ação coordenada pelo MPEG está tendo resultados animadores. Alguns destes artigos são oriundos de dissertações de mestrado e teses de doutorado. É o INPP formando uma nova leva de pesquisadores para o Brasil e para o Pantanal.

A construção e a sustentabilidade de um instituto de pesquisa para representar as ações de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação de um bioma demandam uma gestação de processos de diferentes naturezas, alicerçados principalmente na formação de recursos humanos.

Na década de 1990 e no início dos anos 2000, as Instituições de Educação Superior (IES) estabelecidas nos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, onde se encontra a bacia do alto Paraguai (BAP), formadora do Pantanal, investiram recursos consideráveis na capacitação, em nível de mestrado e doutorado, de seus docentes, os quais estruturaram os primeiros programas de pós-graduação nas áreas de Ecologia, Ciências Biológicas, Ciências Ambientais, e possibilitaram projetos de pesquisa, financiados por fontes externas às instituições na região pantaneira.

Nesse sentido e visando a ampliação do conhecimento científico sobre o Pantanal, bem como a formação de recursos humanos de pesquisa em alto nível, o até então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), como estratégia de expansão do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, inseriu em seu planejamento estratégico (Plano Plurianual - PPA), referente aos anos de 2008 a 2011, a criação do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal, com objetivo de fixar uma unidade de pesquisa, de caráter nacional, na maior planície alagável do planeta. Essa ação esteve em consonância com a proposta ministerial, à época, de implantação de um instituto de pesquisa sólido para os principais biomas do país: Amazônia ocidental (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA), Amazônia oriental (MPEG), Mata Atlântica (Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA), Caatinga (Instituto Nacional do Semiárido - INSA) e o Pantanal (INPP), sem desconsiderar, é claro, abrangência ao Cerrado.

A partir do conhecimento da proposta, empreendida pelo governo federal, a comunidade científica pantaneira, composta por pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mobilizou-se política e administrativamente para que a medida fosse, de fato, efetivada. Em 20 de julho de 2008, o diretor do até então Departamento de Políticas e Programas Temáticos (DEPPT), da antiga Secretaria de Políticas e



Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), do MCT, durante a seção de abertura do *8th International Wetlands Conference* (8th INTECOL), realizado em Cuiabá, anunciou a implantação do até então Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal, que, posteriormente, por questões técnicas e jurídicas, recebeu nova nomenclatura, passando a se chamar Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP).

No sentido de estruturar todas as instâncias jurídicas e institucionais, em conformidade com a de um instituto de pesquisa do governo federal, foi necessária uma administração de transição, definida e escolhida em 2013 pelo então MCTI, o MPEG.

Desde então, o MPEG é o responsável pelas ações de pesquisa e de infraestrutura do INPP. Atualmente, as instalações são ocupadas pela Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro-Oeste), linha de pesquisa financiada pelo MCTIC e vinculada à Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU), projeto de pesquisa financiado pelo MCTIC/CNPq e vinculado à UFMT; e pela Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Rede Bionorte), linha de pesquisa financiada pelo MCTIC e vinculada no estado de Mato Grosso à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), compondo, assim, o *Campus Avançado do Pantanal do MPEG/MCTIC* em Mato Grosso. Diversas atividades acadêmicas e de pesquisa são desenvolvidas nas instalações do prédio, como aulas de pós-graduação e eventos acadêmico-científicos. Entre 2013 e 2017, mais de 220 atividades acadêmico-científicas foram desenvolvidas nas dependências do INPP, entre seminários, aulas de pós-graduação, congressos, encontros, reuniões etc.

As ações desenvolvidas no *Campus Avançado Pantanal/Mato Grosso* consistem na implementação de atividades de apoio, próximas às definidas no plano científico para o conhecimento e uso sustentável do Pantanal (INPP), elaborado em 2009, por um grupo de trabalho liderado pelo MCTI. A proposta teve como principal objetivo a produção de conhecimentos, a formação de recursos humanos e a integração das instituições de ensino e pesquisa na região do Pantanal, visando à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais desta área.

O Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP) foi criado pela Lei nº 12.954, de 5 de fevereiro de 2014, que, no §2º, versa que o INPP “tem por finalidade integrar e articular ações na região do Pantanal, promover novas iniciativas e propiciar o desenvolvimento de modelos e de bancos de dados para integrar a transferência do conhecimento gerado na região”.

As ações de pesquisa, desde o início da gestão do MPEG, são desenvolvidas em conjunto com as redes de pesquisa incentivadas pelo MCTIC (Rede Pró-Centro-Oeste, Rede Bionorte, Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBIO), sendo que as duas últimas envolvem tanto pesquisadores da Amazônia como da região Centro Oeste, e o INAU, um dos projetos do INCT/CNPq. Todos os atores atuam no Pantanal. Apesar de ter sido criado em 2014, e ocupado pelas redes de pesquisa no início de 2015, somente a partir de abril de 2016 é que o INPP/*Campus Avançado do MPEG*, efetivamente, passou a atuar, congregando as competências reunidas no MPEG, UFMT, UNEMAT, UFMS, União Centro Oeste Brasileira (UCOB) e outras IES e institutos de pesquisa do Centro Oeste, que atuam no âmbito do bioma Pantanal.

Sob a ‘grife’ INPP, foi montada uma rede de pesquisadores que atuam em programas de pós-graduação, seja nas áreas de ciências ambientais, biodiversidade e biotecnologia, em áreas úmidas, seja em temas como conservação e utilização sustentáveis dos recursos naturais. Esta reunião de cientistas das regiões Norte e Centro Oeste, engajados em programas de pesquisa e pós-graduação, só foi possível graças à criação do instituto, que articula as ações de pesquisa no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, principalmente em biodiversidade de áreas úmidas. Assim, o INPP

já proporciona à academia e aos estudantes brasileiros, através do MPEG e de suas instituições parceiras na região Centro Oeste, que atuam diretamente no bioma Pantanal, um ambiente científico adequado para o desenvolvimento de dissertações e teses sobre este bioma.

A Amazônia, com suas áreas alagadas, é uma zona de transição entre os biomas Amazônia e Pantanal, que apresentam características bióticas e abióticas comparáveis e complementares, sofrem impactos semelhantes em diversos aspectos: na biodiversidade, ambos sofrendo pressão do uso da terra, com crescente escassez de água e expansão urbana acelerada. Assim, O MPEG-INPP proporcionou, nestes dois anos, a ampliação das redes de pesquisadores e a inclusão de novos atores científicos em diversas disciplinas, desenvolvendo novas frentes de pesquisas no Pantanal sob a bandeira do INPP, de forma a proporcionar a união de competências científicas amazônica e pantaneira.

Estas competências já produziram eventos, algumas vezes abrangendo somente o bioma Pantanal, outras relacionando aos biomas Amazônia e Pantanal, em Mato Grosso, Belém, Amapá e Mato Grosso do Sul. Já apresentaram produtos como: 1) o livro "Escassez hídrica e restauração ecológica no Pantanal" e a cartilha "Águas escassas no Pantanal", lançados no primeiro semestre de 2017, e editados pela Dra. Solange Ikeda (UNEMAT), resultante de um projeto que contou com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA); 2) o livro "*Natural resources in wetlands: from Pantanal to Amazonia*", editado por Dr. Mario Jardim (MPEG/MCTIC) e Dr. Marcos Soares (UFMT); 3) o livro "ABC do Guaporé, volume 2", editado por Dra. Carolina Joana da Silva, Dr. Keid Nolan Silva Souza, Dr. Marcio Silveira, Dr. Nilo Sander e Dra. Maria Aparecida Magliani; 4) o livro "Povos e comunidades tradicionais do Pantanal", editado por Dra. Carolina Joana da Silva (UNEMAT) e Dr. Germano Guarim Neto (UFMT), a serem lançados até o final de 2017; 5) este número especial do Boletim do MPEG sobre o Pantanal, organizado pela Dra. Lourdes Ruivo (MPEG-INPP). Por fim, a articulação entre estados e instituições catalisada pelo INPP gera uma atmosfera favorável ao desenvolvimento de pesquisas integradas envolvendo Pantanal e Amazônia, uma vez que estas regiões possuem conexões biogeográficas e também desafios socioeconômicos comparáveis em termos de dependência de recursos naturais. Além disso, são os biomas ainda mais bem conservados do Brasil e que merecem políticas diferenciadas em termos de estratégias que conciliem produção econômica e conservação.

